



FANESE - Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe
NPGE - Núcleo de Pós-Graduação e Extensão

SULAMITA DRUBI GOMES

VINÍCIUS TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**A INTER-RELAÇÃO ENTRE
COMUNICAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO**

Aracaju-SE
Março, 2007

SULAMITA DRUBI GOMES

VINÍCIUS TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**A INTER-RELAÇÃO ENTRE
COMUNICAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada a Fanese como exigência para obtenção do título de pós-graduação (Lato Sensu) do curso MBA em Gestão da Comunicação.

ORIENTADOR: MsC. Eduardo Matos

Aracaju-SE
Março, 2007

Ao Deus Uno, Trino e Santo que nos
ajudou a construir este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho só foi possível graças:

A Santíssima Trindade, a Sagrada Família e aos Anjos de Deus, pela divina ajuda e oportunidade de provar minha capacidade profissional.

Aos meus pais Silvio de Almeida Gomes e Rosemary Drubi Gomes, pelo apoio e incentivo em todas as minhas escolhas.

Aos meus irmãos Juarez Gomes da Rocha Neto e Charles Drubi Gomes, pela compreensão e solidariedade.

Aos meus avós Cléia Alves Drubi e Charles Drubi; Haidê de Almeida Gomes e Juarez Gomes da Rocha (*in memorian*) pelo incentivo e fundamental apoio, através das orações.

Ao meu filho adotivo, Kidd Drubi Gomes, que sempre me entende e é solidário aos meus sentimentos.

Ao meu amor, Manuel Martinez Estevez, por motivar e apoiar meus estudos, sendo compreensivo e solidário.

Ao meu companheiro de trabalho, Vinícius T. de Oliveira, pela garra, perseverança e gana de vencer. Formamos uma grande dupla.

A minha prima Valéria Bezerra, pelo companheirismo e parceria nos diversos trabalhos.

Aos meus amigos e / ou companheiros de trabalho: Alany Barros, Ana Lúcia Andrade, Aristóteles Arrius, Elisiane Palmeiras, Elísio Palmeiras (*in memorian*), professor Estélio Gomberg, Pedro Santos, Gabriela Conceição, professora Henrriete Cabral, Marco Mathias, Rafaella Quaglia, Ricardo Busoli, Rita Calazans, Silvio Júnior, professor Mário Eugênio, professora Simone Tuzzo, Sávio Sousa, Cláudia Machado, Ileana Palmeiras, Lidiane Lôrdelo, Jeane Braga, Sérgio Carlos Almeida, Wellington Júnior, Denise Leão, Vilson Machado, Graça Prado, Luiz Roberto Santana, Patrícia Damasceno, Reinaldo Santos e Rildo Freire, que prestaram significativo apoio em minha carreira profissional.

Ao grande orientador professor Eduardo Matos, pela paciência, profissionalismo e atenção que dedicou a este trabalho.

A Alany Barros Eventos, AmbSeg Engenharia, Associação de Formação, Educação, Assistência Social e Meio Ambiente – FEAMA e a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, que confiaram em minha capacidade profissional, fundamental para meu crescimento pessoal.

Sulamita Drubi Gomes.

Aos meus queridos pais José Carlos e Zil que sempre me apoiaram em todos os momentos e sempre me deram força para que eu pudesse evoluir enquanto ser humano.

A todos os amigos que de alguma forma estiveram presentes durante a realização deste trabalho. Aqui destaco a boa vontade e o conhecimento de Serginho e André que não só indicaram e emprestaram referências bibliográficas, como se dispuseram para o que fosse preciso.

Ao nosso orientador professor Eduardo Matos e à colega Sulamita Drubi Gomes pela perseverança para que, juntos, conseguíssemos driblar todos os contratempos.

Vinícius T. de Oliveira.

*Se cada um fizer a sua parte, o mundo vai
ficar melhor.*

Betinho

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde. Brasília: MEC/SEF, vol. 9, 1997.

CANFIELD, Bertrand R. Relações Públicas – princípios, casos e problemas. São Paulo: Pioneira, 1970.

COSTA, Silvia de Souza. Lixo mínimo: uma proposta ecológica para hotelaria. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004.

FAJARDO, Elias. Se cada um fizer a sua parte... Ecologia e Cidadania. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1998.

FÓRUM PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO (FONAPER). Ensino Religioso e seus Parâmetros Curriculares Nacionais. Cadernos de Estudos Integrante do curso de extensão à distância do ensino religioso. Caderno 10. Distrito Federal: 1999.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
_____; BETTO, Frei. Essa Escola Chamada Vida: Depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. São Paulo: Ática, 2002.

GADOTTI, Moacir. Escola Viva, Escola Projetada. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Obtendo Resultados com Relações Públicas. São Paulo: Pioneira, 2002.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

PETROBRAS. O Desafio de Preservar é nosso. [S.I.: s.n.], [2004]. Não paginado, il. color. (projeto De Olho no Ambiente).

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista. 3 ed. São Paulo: Summus, 1982.

_____. Comunicação nos Movimentos Populares: A Participação na Construção da Cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROSA, Maria Cristina da. Preparação do professor de educação artística. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Coleção Laboratório. Educação: Tramas e Temas. Florianópolis: UFSC / CED, NUP, n. 2, 1995, p. 46.

SENAC E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Entrevista: Por uma educação ambiental crítica. Rio de Janeiro, ano 11, nº 1, p.8-11, jan./ mar, 2002.

_____. A fundamental Educação Ambiental. Rio de Janeiro, ano 11, nº 1, p.34-35, jan./ mar, 2002.

_____. Educação Ambiental e Reciclagem. Rio de Janeiro, ano 1, nº 5, p.22-29, ago., 1996.

SILVA, Fátima Doriette da. Educação e Escola para quem? In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Coleção Laboratório. Educação: Tramas e Temas. Florianópolis: UFSC / CED, NUP, n. 2, 1995, p. 75-81.

SOUZA, Herbert de. O casamento da ecologia com a cidadania. In: FAJARDO, Elias (org.). Se cada um fizer a sua parte... Ecologia e Cidadania. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1998, p. 91-97.

WAEHNELDT, Ana Beatriz de Almeida e, BOTINI, Joana. Educação Ambiental. In: GONÇALVES, Maria Helena Barreto (org.). Competências Básicas. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2000, p. 115-138 (programa de desenvolvimento de docentes).

Pesquisa na Internet:

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Relações Públicas Comunitárias: Um desafio. Revista Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo, v.6, n. 11, p. 131-150, jun. 1984.

Disponível em:

<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/relacoespublicas/relacoespublico/0015.htm>.

Acessado em: 02 out. 2003.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação / Educação emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. Disponível em:

http://www.eca.usp.br/nucleos/nce/perfil_ismar.html. . Acessado em: 02 nov. 2006.

RESUMO

A inter-relação entre Comunicação Ambiental e Meio Ambiente vem ganhando espaço na atuação de profissionais de ambas as áreas, configurando um campo de intervenção social, demonstrando a importância e resultados positivos que aportam esse trabalho. Ao desenvolver trabalhos nessa esfera, devem-se utilizar as ferramentas de comunicação, em conjunto com práticas pedagógicas, que ensinam a respeitar, preservar e proteger o meio ambiente, fundamental para a vida do planeta. O fomento da Educação Ambiental, com uso de ferramentas de comunicação como rádio, jornais, revistas, cartazes, folhetos explicativos, panfletos, reuniões, entrevistas, visitas, palestras, quadro de avisos, jornal mural, faixas, carro-de-som, oficinas, eventos, etc, permite, no âmbito da cidadania, realizar um trabalho de estímulo a conscientização, de forma eficiente e atrativa, visto que provoca mudança de atitudes e comportamentos que estiveram limitados por falta de conhecimento. A atuação profissional de ambas as áreas, requer a gestão dos processos comunicacionais, com uso das tecnologias educacionais e vice-versa. Cada uma delas precisa assumir seu papel profissional quer tenha mais domínio em educação, quer tenha mais domínio em comunicação. O que importa é a relação e os resultados que o conjunto de ações dessas áreas do conhecimento proporciona, formando a citada inter-relação, também chamada Educomunicação. Ressalta-se a atuação desse profissional que tem conhecimento nas duas áreas nos mais diversos campos de intervenção social, como: escolas, universidade, organizações não governamentais (ONGs), empresas públicas e privadas, veículos de comunicação, movimentos sociais, entre outros. Fazendo uso constante das ferramentas de comunicação.

PALAVRAS-CHAVES: Comunicação; Educação e Meio Ambiente.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	15
3 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	24
3.1- Meio Ambiente.....	26
3.2- Água.....	27
3.3- Lixo.....	29
3.4- Ecologia e Cidadania.....	30
4 – CONCEITOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	32
5 – EDUCAÇÃO POPULAR COMUNITÁRIA.....	36
6 – COMUNICAÇÃO AMBIENTAL.....	40
7 – CASOS PRÁTICOS DA INTER-RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO.....	43
7.1- Ponto de Partida.....	43
7.2- Caso Prático 1.....	45

7.3 - Caso Prático 2.....	46
8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
ANEXOS.....	52

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea sofre com os constantes impactos causados ao ambiente. O crescimento das cidades e população está agregado aos problemas socioeconômicos e culturais que contribuem para o desequilíbrio ecológico e o consumo das matérias-primas do mundo. O desenvolvimento social está desvinculado a qualidade de vida, onde os problemas ambientais são perceptíveis, como a fome, saúde precária, habitação e educação. Nesse sentido torna-se importante a Comunicação Ambiental, visto que aliada as várias áreas do conhecimento, a exemplo da educação, é de fundamental importância para disseminar informações entendíveis aos públicos que se quer atingir.

O ser humano precisa entender as exigências do equilíbrio ecológico, do homem X natureza X homem. É necessário incorporar novos paradigmas, mudanças na sociedade e transformações de ordem social, política e ambiental. Percebe-se que a Educação Ambiental é interdisciplinar, seu objetivo principal é preparar o Ser Humano para viver em harmonia com o seu ambiente de modo sustentável, contribuindo assim para melhorá-lo e protegê-lo. Nesse contexto, a comunicação tem o papel de disseminar e divulgar ações pró-ativas, de modo a garantir o uso de ferramentas adequadas ao público que se quer atingir.

O campo de atuação do profissional de comunicação é amplamente diversificado, podendo desenvolver atividades de assessoria, consultoria, planejamento, pesquisa, eventos, criação de peças publicitárias, entre outros. É apto também, a colaborar com o desenvolvimento comunitário, visto que, possui as ferramentas necessárias para a conquista da cidadania, formação e fortalecimento da identidade cultural dos públicos envolvidos. Nesse contexto, surge uma “nova” nomenclatura com visão transfronteiriça: Comunicação Ambiental, tema deste trabalho.

Fomentar a Comunicação Ambiental, no âmbito da educação e cidadania, estimulando a consciência das pessoas, com utilização das ferramentas adequadas como rádio, jornais, revistas, cartazes, folhetos explicativos, panfletos, reuniões, entrevistas, visitas, palestras, quadro de avisos, jornal mural, faixas, carro-de-som, oficinas, eventos, etc. Ressalta-se que cada público deve ser tratado de modo a perceber e compreender a mensagem que é pertinente, para isso, recomenda-se um conhecimento prévio com uso de técnicas como diagnósticos, seja rápido participativo (DRP – Diagnóstico Rápido Participativo), seja elaborado através de pesquisa quantitativa e qualitativa, seja com visitas e conversas informais.

O trabalho está dividido em seis capítulos, considerações finais e anexos, onde se discorre de forma clara e sucinta o trabalho de comunicação ambiental e sua interface com outras áreas como educação e cidadania.

Iniciou-se o trabalho, demonstrando um breve histórico da educação ambiental. No capítulo seguinte foi abordado um tema fundamental para a vida do planeta, educação ambiental, meio ambiente, a questão da água e do lixo e a relação entre ecologia e cidadania e

em seguida levantou-se a evolução dos conceitos da educação ambiental, objeto de estudo desta monografia.

A abordagem acerca da educação popular comunitária, no quarto capítulo, traz contribuição para reflexão acerca desse tema, que é voltado para a cidadania, participação e mudança de causas e atitudes sociais. Outro aspecto importante é a relevância em relação à educação com arte e cidadania.

Na quinta parte do trabalho, encontra-se a relação existente entre os meios e os profissionais de comunicação perante o contexto que está sendo tratado. Levantando o papel desses profissionais e demonstrando a influencia e o poder que a comunicação tem de intervir diante da sociedade.

No ultimo capítulo são apontados casos práticos da inter-relação entre a comunicação ambiental e educação onde são demonstrados exemplos práticos de comunicação ambiental, em que se discorre como desenvolver tarefas nas organizações e comunidades, potencializando o trabalho de educação ambiental e cidadã.

E, por fim, são apresentas as considerações finais do trabalho, onde sucintamente é explanada a satisfação em desenvolver trabalhos de comunicação ambiental, de forma interdisciplinar e pro ativa.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para se entender melhor sobre Educação Ambiental é fundamental analisar alguns acontecimentos relacionados a esta questão e que foram importantes no Brasil e em vários outros países.

Estudos não faltaram para que o mundo entendesse a seriedade do assunto, mas, por muito tempo, a preocupação com o ambiente era algo que se restringia ao âmbito dos espiritualistas, naturalistas, estudiosos e apreciadores da natureza.

Como se pode perceber através deste histórico, muitas alertas relacionados a esse tema não foram devidamente observados ou colocados em prática.

Em 1863, Thomas Huxley publicou Evidências Sobre o Lugar do Homem e da Natureza; um relevante ensaio sobre a relação de convivência entre os seres humanos e os demais seres vivos. Já em 1864 o livro Geografia Física Modificada pela Ação do Homem do diplomata George Perkin Marsh alertava para a necessidade de rever as ações do homem em relação ao consumo desordenado da natureza. Neste livro, Marsh traçava um paralelo entre as civilizações antigas e o mundo moderno, apontando um comparativo de como a atual

civilização sofreria com as ações de reverso da natureza, uma vez que, da mesma forma que os povos antigos, as civilizações modernas estavam se relacionando com a natureza de forma equivocada e desordenada, caminhando também para a escassez, visto que a natureza precisa de uma ordem cíclica para se restabelecer e continuar produzindo suas riquezas.

Durante essa época o Brasil recebia a visita do naturalista inglês Darwin Bates, que esteve na Amazônia e coletou 8 mil espécies de plantas e animais, e do dinamarquês e também naturalista Warning que realizou, em Minas Gerais, estudos sobre o cerrado. Os estudos dessas duas respeitadas personalidades do meio chamaram a atenção de diversos pesquisadores da época para a grandiosidade das riquezas naturais do Brasil.

Até então, os estudos costumavam deter-se apenas aos aspectos descritivos dos elementos da natureza sem se aprofundar em uma relação da biodiversidade com o ser humano, dos atos do homem e as conseqüências destes ao ambiente natural. Foi aí que, em 1869, o biólogo Ernest Haeckel propôs o vocábulo “ecologia” que vem do grego *oikos* e significa casa. Aqui o “todo” deixava de dizer respeito apenas à filosofia e passava a ser considerado nos estudos relativos à natureza.

Ecologia é o estudo de como a Casa Terra funciona. Mais precisamente é o estudo das relações que interligam todos os moradores da Casa Terra. A ecologia é um campo muito vasto. Pode ser praticada como disciplina científica, como filosofia, como política ou como estilo de vida. Como filosofia é conhecida por “ecologia profunda”, uma escola de pensamento fundada pelo filósofo norueguês Arne Naess no início da década de 1970. (Capra, Fritjof, 2005 - Meio ambiente pág 19).

Em 1872, nos Estados Unidos foi criado o primeiro Parque Nacional do Mundo; o Yellowstone National Park. Nessa mesma época, através da princesa Isabel, o Brasil liberava a fundação da sua primeira empresa privada de corte de madeira. Já em 1875, encerrava-se o ciclo econômico do pau-brasil e em 1920, o pau-brasil já se tornara considerado extinto.

Em 1979, com o início de revolução industrial na Inglaterra, o escocês Patrick Geddes - considerado “pai da Educação Ambiental” - apontava as conseqüências danosas que a expansão da urbanização traria ao meio ambiente.

No Brasil, anunciava-se a criação de parques nacionais e reservas biológicas que nunca foram efetivadas. Um exemplo claro da despreocupação com as questões ambientais é que, mesmo com uma série de explorações extrativistas européias sobre os recursos naturais nacionais, esta questão não foi sequer contemplada na constituição Brasileira de 1891.

Em 1952, em Londres, a poluição do ar era tanta que ocasionou a morte de 1600 pessoas. Essa evidência da inadequação do novo estilo de vida do homem em relação à natureza serviu como alerta e provocou uma série de debates a respeito do tema por toda a Inglaterra. Por conta da gravidade do tema foi então sancionada pelo Parlamento, em 1956, a Lei do Ar Puro. A novidade se espalhou por vários lugares e serviu como motivação para que em 1960, surgisse o movimento ambientalista nos Estados Unidos.

O início da década de 60 levantou muitas discussões, pois, além do ocorrido em Londres, o mundo tinha exemplos de vários outros lugares em que o desenvolvimento econômico exibia ao mesmo tempo graves problemas diretamente relacionados ao meio ambiente. Rios envenenados ou assoreados, inundações, solos inférteis, erosões provocadas pela perda da vegetação e a crescente poluição do ar viravam notícias em lugares considerados modelo de economia desenvolvida como: Nova York, Tóquio, Chicago e Berlim.

Um livro lançado pela jornalista americana Rachel Carson suscitava esses assuntos e apontava com severidade a irresponsabilidade e o descaso com que os governantes vinham se relacionando com as questões ambientais. Com o título de *Primavera Silenciosa*, o livro se tornou um clássico do movimento ambientalista mundial e gerou muita polêmica a cerca do tema. Foi então em 1965, durante a Conferência em Educação na Universidade de Keele, Grã-bretanha que surgiu a expressão *Environmental Education* (Educação Ambiental) como algo que deveria fazer parte da educação de todos, alertando e instruindo em relação a real necessidade de se saber relacionar-se com o ambiente em que vivemos.

A partir daí muitos avanços foram feitos. O Prêmio Nobel da Paz, foi concedido a Albert Schweitzer em reconhecimento ao seu trabalho de popularização da ética ambiental. Em 1969, foi fundada, a “Sociedade para a Educação Ambiental”, na Inglaterra e o programa *Reith Lectures*, apresentado pela o ambientalista Sir Frank Fraser Darling foi ao ar na BBC de Londres. Na mesma época foi lançado a primeira edição do Jornal da Educação Ambiental, nos Estados Unidos.

Enquanto o mundo se alertava em busca de soluções, o Brasil além de ser um dos poucos países que ainda não tinham uma legislação, apresentava projetos altamente danosos à natureza. Tudo em nome do desenvolvimento econômico. Um exemplo marcante foi a implantação Usina Hidroelétrica de Tucuruí. Em contradição ao momento em que o regime ditatorial cometia imprudências como esta, surgiu o grupo percussor de movimentos ambientais no país, o AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção Natural.

Um importante momento, que até hoje repercute reflexos positivos no mundo foi a Conferência da ONU sobre Ambiente Humano, promovida em 1972, na Suécia. Conhecida

também como Conferência de Estocolmo. Na ocasião, 113 países se reuniram para discutir políticas de gerenciamento ambiental e estabelecer um Plano de Ação Mundial, foi então que se deu origem à Declaração sobre o Ambiente Humano.

Ainda na Conferência de Estocolmo, discussões calorosas levantaram questões delicadas à respeito da dicotomia: desenvolvimento econômico versus preservação ambiental. Países menos desenvolvidos economicamente se mostraram prejudicados com as medidas de preservação e acusaram os países industrializados de quererem comprometer o desenvolvimento dos demais, uma vez que algumas políticas propostas, como a de controle da poluição do ar, iriam atrapalhar suas linhas de produtividade e conseqüentemente a participação destes no mercado internacional. Inclusive a delegação do Brasil afirmou que estava disposta a manter a degradação ambiental desde que não comprometesse o aumento do seu PIB. Apesar deste posicionamento, em 1973 a Presidência da República - muito em fator da pressão feita pelo Banco Mundial e por instituições ambientalistas nacionais – criou o primeiro órgão brasileiro oficial voltado para a integração ambiental, o Sema – Secretaria Especial do Meio Ambiente que apesar de ter dado origem à expressão “pra inglês ver” conseguiu, graças à dedicação dos três únicos funcionários, apesar de toda falta de estrutura, executar um trabalho sério que conseguiu gerar resultados e reconhecimento internacional.

Em 1975, colocando em prática as indicações da Conferência de Estocolmo, a Unesco reuniu especialistas de 65 países e promoveu o Encontro Internacional sobre educação Ambiental, onde foram elaborados os princípios e as orientações para um programa internacional de Educação Ambiental, apontando que a didática deveria considerar as diferenças regionais, voltada aos interesses nacionais. Neste mesmo encontro foi gerada

também a Carta de Belgrado onde era a pontada a necessidade de uma nova ética mundial em que se considerasse fundamentalmente o combate à miséria e ao analfabetismo.

Apesar de todos os avanços, havia ainda uma grande indefinição do conceito de Educação Ambiental, pois as abordagens divergiam em função dos diferentes pontos de vista e interesses particulares de países e blocos de países. Foi preciso por tanto realizar a primeira reunião intergovernamental sobre Educação Ambiental para definir essas questões. O encontro aconteceu nos dias 14 e 26 de outubro de 1975 na Geórgia (ex-União Soviética), na cidade de Tbilisi onde se definiu que:

“A Educação Ambiental teria como finalidade promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade; proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar a qualidade ambiental; induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, tornando-a apta a agir em busca de alternativas de soluções para os seus problemas ambientais, como forma de elevação da sua qualidade de vida”.

A partir daí caberia a cada país, corresponder a essas necessidades a partir de uma linha de educação a qual deveria ser traçada, considerando as particularidades de cada um. Dentro de cada nação esse trabalho deveria ser desenvolvido de forma nacional, regional e local.

O Brasil, que vivia o auge da ditadura militar, teve um avanço na Educação Ambiental a partir de 31 de agosto de 1981, quando o então presidente da República João Figueiredo sancionou a lei 6.938 de Política Nacional do Meio Ambiente, com isso os boicotes ficavam mais difíceis de serem aplicados, pois a lei presumia mecanismos de formação e aplicação.

Foi então que em um trabalho conjunto realizado pela Fundação Getúlio Vargas, SEMA, Fundação Universidade de Brasília, Pnuma, CNPq e Capes foi realizado o 1º Curso de Especialização em Educação Ambiental do Brasil. O curso foi desenvolvido na Universidade de Brasília, mas não durou por muito tempo, pois com a justificativa de falta de verba, questões políticas extinguiram o curso em 1988.

Como os professores deixaram de ter formação a respeito do que vinha a ser Educação Ambiental, logo as escolas se limitaram a abordar o tema restringindo-se apenas à ecologia.

Em 1987, foi realizado, em Moscou, o Congresso Internacional sobre Educação e formação ambiental onde foram analisados os avanços e os problemas encontrados por cada país envolvido e estabelecido como iriam atuar de forma mais globalizada nos próximos anos. O Brasil, simplesmente não apresentou o seu relatório. O motivo teria sido divergências entre os órgãos responsáveis: SEMA e MEC.

Por pressão dos ambientalistas nacionais o Brasil passa a ter na Constituição Brasileira, promulgada em 1988 um capítulo sobre o meio ambiente em que se aponta a responsabilidade do poder público em proporcionar a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e conscientizar a população da necessidade de se preservar um ambiente saudável.

O IBAMA – Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis surge em 1989 – com o objetivo de formular, coordenar e executar a política nacional do meio ambiente, atuando no sentido de proteger os bancos genéticos da fauna e da flora brasileira e manter o controle dos recursos naturais renováveis.

No final de 1989, o IBAMA criou os NEAs – Núcleos de Educação Ambiental, em suas Superintendências Estaduais.

Em 1992 a Organização das Nações Unidas escolheu o Brasil como país sede da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como ECO92 ou RIO92, e que teve como objetivo principal buscar meios de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico e industrial com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

Esse talvez tenha sido o primeiro Fórum de discussão coletiva em torno da questão ambiental de relevância internacional, muitas decisões tomadas no encontro serviram de base para diretrizes futuras relacionadas à gestão ambiental.

Até então, os meios de comunicação de massa (para separar a comunicação especializada desenvolvida por ONGs, universidades ou outras instituições) e a própria sociedade, não possuíam ou conheciam nenhum documento normativo dos crimes contra o meio-ambiente que servisse de guia orientador.

O principal documento produzido pelo encontro RIO 92 veio preencher essa lacuna, o “Agenda 21” passou a ser o parâmetro oficial, base para que cada país elabore seu plano de preservação do meio ambiente, garantindo a mídia e a sociedade civil organizada ou não, uma maior fiscalização e pressão junto aos poderes públicos em relação a crimes contra o meio ambiente.

Com o governo do presidente da República Fernando Henrique Cardoso o IBAMA teve suas atividades comprometidos, pois o incentivo foi drasticamente reduzido e o órgão sofreu ameaças de desestabilização.

Em 1994, foi assinada a Lei 9795 de 27.4.99, da Política Nacional de Educação Ambiental, uma consequência do Programa Nacional de Educação Ambiental ,desenvolvido pelo Ministério da Educação e do Desporto, Ministério do Meio Ambiente, Ministério dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Ministérios da Cultura e Ministério da Ciência.

Hoje o Brasil é o único país da América Latina que tem uma política nacional específica para a Educação Ambiental, graças ao trabalho persistente de centenas de ambientalistas durante todo esse tempo.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental é baseada na reflexão sobre o convívio do homem com o meio ambiente, considerando a interdisciplinaridade das discussões sobre o meio ambiente. Segundo Waehnelde e Botini (2000, p. 127), “o nascimento da educação ambiental está freqüentemente associado às experiências pioneiras de alguns professores europeus do início do século XX, que realizavam itinerários e atividades ao ar livre”. A partir da década de 1970, esse tema passou a entrar na pauta dos governos mundiais.

Diversos grupos sociais estão sensibilizados, na construção de novos valores sociais e de assumir uma postura ética e solidária no que se refere ao meio ambiente. A resolução de problemas ambientais é resultante da interdisciplinaridade do tema. A abordagem interdisciplinar tem sido muito utilizada na realização da educação ambiental, uma vez que “significa abordar temas ambientais com os recursos teóricos, o conhecimento de todas as áreas, todas as disciplinas” (WAEHNELDT e BOTINI, 2000, p. 128). Assim, estabelece-se uma visão mais global da problemática ambiental.

Pode-se desenvolver a abordagem interdisciplinar de educação ambiental nas comunidades, estimulando a conscientização da população residente acerca da atual situação ambiental, refletindo na resolução de problemas.

Mudar valores, pensamentos e atitudes consiste em tarefa difícil, mas não impossível, principalmente quando o assunto é meio ambiente. Na revista Senac e Educação Ambiental (2002), Phillipe Layargues, professor do curso de pedagogia da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, biólogo e mestre em ecologia social, defende que o Brasil está avançando na criação de um novo modelo de educação ambiental que valorize a transformação social, engajado e comprometido com os anseios e necessidade do povo. Layargues ressalta que, nos anos 60, o grande educador Paulo Freire já colocava em prática um método de educação que partia da interação entre o aluno e seu meio e entre o aluno e comunidade em que vive.

Layargues (ibidem), também faz uma análise crítica sobre a educação ambiental no Brasil, afirmando que a crise do meio ambiente têm suas raízes na dimensão cultural, suas causas na dimensão econômica (relações sociais, produtivas e mercantis) e suas conseqüências na dimensão ecológica e social, uma vez que a questão ambiental é complexa e perpassa por uma mudança cultural e na transformação da sociedade.

A crise ambiental está atrelada à questão da má distribuição de renda, passando pela luta pelo equilíbrio, mutuamente acordado, no que diz respeito à distribuição dos benefícios e prejuízos do uso dos recursos naturais, em termos tanto locais, quanto globais para a vida em sociedade. A geração de riquezas, a partir dos recursos naturais é um risco ecológico para a própria vida no planeta, devido a exploração contínua, sem controle e a eminente extinção desses recursos.

Segundo Leff (2001), o quantitativo de pessoas pobres nunca foi tão grande na história da humanidade, sendo que a pobreza extrema avassala mais de um bilhão de habitantes. Esse fato é fruto do sistema capitalista perverso (e excludente) e da economia global, resultante da globalização, que também está ligada a questão cultural e social.

Nesse mesmo texto, Leff (2001), defende que a problemática ambiental abriu um processo de transformação do conhecimento, que significa, criar mecanismos para pensar coletivamente, com essa perspectiva, ele afirma que: “o conceito de ambiente penetra nas esferas da consciência e do conhecimento, no campo da ação política e na construção de uma nova economia, inscrevendo-se nas grandes mudanças do nosso tempo” (id. 2001, p. 56-57).

A problemática ambiental mais do que uma questão ética é uma questão política. É de natureza política por tratar de disputas entre atores sociais, que lutam tanto pelo acesso, uso e usufruto dos recursos naturais, quanto pela responsabilidade pelos danos e riscos causados no ambiente.

Faz-se necessário, que a educação ambiental seja crítica, transformadora, emancipatória, popular e participativa. Devem-se realizar debates, pesquisas e diagnósticos, por parte dos educadores e comunicadores, a fim de conhecer efetivamente o perfil da Educação Ambiental em nosso país, por intermédio da análise dos problemas ambientais e da busca por soluções dos referidos problemas.

3.1- Meio Ambiente

Para cada ser vivo, existe um espaço no seu entorno, em que outros elementos e seres vivos com ele interajam. Esse relacionamento, em que há troca de energias, constitui o

meio ambiente. Com o decorrer do tempo, o homem transformou-se pela modificação do ambiente, criou sua cultura, estabeleceu relações econômicas e formas de comunicação com a natureza (BRASIL,1997).

Waehneltd e Botini (2000), afirmam que segundo a Constituição Brasileira de 1988, no capítulo VI, determina que todo cidadão brasileiro tem direito a um ambiente adequado a saúde, o que significa um ambiente limpo, sadio, despoluído, não só no que diz respeito aos recursos naturais – como os rios, as lagoas e as praias – mas também ao ambiente da moradia – os bairros de toda a cidade, com um bom saneamento, boa qualidade do ar, água, transporte, entre outros.

Sabe-se que, a preservação do ambiente une pessoas de diferentes comunidades e grupos sociais, em prol do bem comum, estabelecendo relações de cooperação, conhecendo seus direitos e deveres, opinando e assumindo a cidadania plena.

A preservação do ambiente é uma questão global, que representa grande desafio, garantir a vida no planeta, essa questão precisa ser estudada e avaliada. Sem a conservação do ambiente não haverá mais ar para respirar, água para consumo e solo adequado para plantação.

Deve-se refletir acerca dessas questões, a fim de mudar alguns valores, que contribuam efetivamente para a sobrevivência das espécies.

3.2- Água

A água é um dos recursos naturais mais ameaçados pelo homem. O desperdício desse líquido precioso e necessário, a derrubada da vegetação ciliar e o despejo de lixo nos

rios, são alguns dos muitos problemas que estão provocando a escassez, a poluição e a contaminação das águas em vários pontos do planeta.

Segundo a Petrobras [2004], apenas 1% de toda água existente no mundo é doce e está propícia para o consumo, 97% da água que resta é salgada e 2% formam geleiras, apenas 1/3 dos recursos hídricos disponíveis podem ser aproveitados, ainda, 20% da população não tem acesso a água potável, adequada para beber, e 50% dos rios do mundo estão poluídos com despejos de esgoto, resíduos agrotóxicos e industriais.

O Brasil possui 8% de toda a água disponível para uso humano, sendo que a maior parte dessa água está situada no rio Amazonas; ainda no país, 40% da água é desperdiçada, um índice bastante elevado, apenas 16% dos esgotos sanitários são tratados no Brasil, o que resta vai para os rios, e 45% do povo brasileiro, ainda não tem acesso a água tratada (ibidem).

No Brasil, 72% dos leitos hospitalares são ocupados por pessoas que contraíram doenças transmitidas por meio da água, como cólera, desintéria, hepatite, entre outras (ibidem).

Preservar a água é preservar à vida. Portanto, algumas medidas devem ser tomadas, como fechar a torneira quando não estiver utilizando, por exemplo, ao escovar os dentes, ou ficar atento aos vazamentos de canos e torneiras, assim como varrer a calçada com a vassoura, e não com a mangueira. Ações simples, que são esquecidas no cotidiano e precisam ser lembradas constantemente com o uso de recursos de ensino aprendizagem e / ou de comunicacao.

3.3- Lixo

Muitos acreditam que lixo é tudo que não tem mais uso, nem valor comercial. O que não serve para uma pessoa pode ser fonte de renda para outra. Segundo Senac e Educação Ambiental, lixo são todos os resíduos sólidos que são considerados imprestáveis e em todos os lugares o lixo é gerado. “O lixo domiciliar, por exemplo, é constituído por restos de alimentos (66%), 2% de vidro; 4% de papelão; 6% de plástico; 11% de papel; 11% de outros tipos (latas, madeiras, varreduras de casa, papel higiênico, etc.)” (Id., 1996, p. 23).

Segundo a Petrobras [2004], o Brasil joga anualmente no lixo 4,5% do seu Produto Interno Bruto e cada brasileiro produz em média, entre meio e um quilo de lixo diariamente, aproximadamente quase 60% dos municípios não dão um destino final ao lixo. O Brasil recicla 1,5% do lixo sólido, orgânico e urbano. Na destinação final do lixo, 76% são colocados em áreas abertas e 13% segue ao aterro controlado, somente 10% é levado para o aterro sanitário e 1% para as usinas de compostagem.

Ainda segundo o Senac e Educação Ambiental (1996), independente do método de destinação escolhido, a administração pública deve encaminhar o lixo para locais adequados, como: aterro a céu aberto, também conhecido como os lixões, onde a maior parte do lixo é levada para a incineração, que é o processo de queima de resíduos sólidos em altas temperaturas, até 1200 graus centígrados (reduz o lixo a cinzas). Quando incinerado, o lixo corresponde a 10% do volume inicial. Aterros controlados, onde o lixo é colocado em buracos

que são diariamente cobertos por uma camada de terra, é perigoso, pois causa problemas ao ambiente, visto que o lixo enterrado contamina os lençóis d'água. Os aterros sanitários são considerados a melhor técnica de destinação do lixo, contudo, existem pouquíssimos no Brasil. Há também a compostagem, um método correto de destinação do lixo, porque é o processo de tratamento do lixo orgânico (restos de alimentos).

Não há um lixo único, são vários tipos, inclusive o lixo limpo, que pode ser reciclável. Para um melhor aproveitamento deste material, transformando-o em algo reaproveitável, é preciso conhecer cada um deles a fim de que se possa separá-lo e utilizá-lo de forma adequada.

Costa (2004), aponta que num primeiro momento, basta identificar três categorias básicas, a saber: inorgânico – que não se desmancha e são recicláveis; orgânico – que desmancha e pode ser aproveitado como adubo; e o tóxico – que pode causar intoxicação como pilhas e baterias.

O cuidado com o lixo representa um importante passo para diminuir os problemas ambientais, causados pelo homem. A reciclagem, quando possível do lixo, traz benefícios a comunidade, resultando na qualidade de vida.

3.4- Ecologia e Cidadania

Segundo Fajardo (1998, p.3), “a ecologia nos diz que todas as coisas e fenômenos estão ligados entre si e dependem uns dos outros. ‘Pensar globalmente, agir localmente’ é o

lema dos ecologistas do mundo inteiro”. Deve-se ter uma visão macro e agir de maneira coletiva e solidária para com o ambiente.

A preservação do ambiente deve acontecer no dia-a-dia do cidadão, afinal, segundo o sociólogo Souza (1997, apud FAJARDO, 1998, p. 3) “se cada um fizer a sua parte, o mundo vai ficar melhor”, assim a participação e a colaboração de cada um, quando somadas, são capazes de mudar o planeta.

Souza (1998, p. 91), o Betinho, defende:

Cada um de nós tem de fazer a sua parte. Nós é que somos os responsáveis pelo que fazemos no mundo. Natureza é conosco mesmo. Então, ser cidadão, neste momento, neste país, é assumir a responsabilidade de construir o mundo, a nossa própria realidade. Essa íntima relação entre homem e natureza, homem e sociedade é uma tarefa de cada um. Ninguém vai fazer por nós. Ou cada um faz ou não haverá para ninguém.

O sociólogo, falecido em agosto de 1997, lutou pela transformação da ação humana, em busca de uma melhor qualidade de vida. Betinho liderou a maior campanha de solidariedade que já houve no Brasil nos últimos tempos a Ação da Cidadania contra a miséria e pela Vida, que ficou conhecida como a Campanha contra a Fome.

Lutar pela cidadania é um gesto de quem tem amor ao próximo e à vida. Para Souza (1998), os movimentos sociais são uma forma de energia que vem da sociedade civil, “esses grandes movimentos são como ondas. As grandes ondas não se formam a todo instante. Existe um tempo de acumulação, de amadurecimento e existe um tempo, às vezes até curto, em que a onda eclode e mostra toda sua força” (id., 1998, p. 96).

É preciso repensar as ações individuais e coletivas, exercer a cidadania, assim deve-se discutir, propor atuar e definir. Assim sendo, tem-se significativa colaboração na construção de um mundo mais justo, fraterno e ecologicamente correto.

4 CONCEITOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

O Conceito de Educação Ambiental está diretamente ligado à forma como o meio ambiente é percebido. Como o conceito de meio ambiente já sofreu várias mudanças, com o de Educação Ambiental não foi diferente.

Ao optar por um conceito de meio ambiente que se refere apenas aos elementos que compõe a natureza, o conceito de Educação Ambiental se distancia. Pois fica impossível relacionar as relações do homem com o ambiente e as contribuições que as ciências sociais podem oferecer para uma melhor relação entre o homem e o meio.

Em 1969 a EA era definida como um processo que tinha o objetivo de formar cidadãos os quais diante do conhecimento do ambiente biofísico pudessem perceber a importância dos seus atos em relação aos problemas do ambiente e agir de forma positiva.

A Internacional Union for the Conservation of Nature(IUCN), em 1970 deu para a EA a definição de que se tratava de um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, voltado para o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à compreensão e apreciação das inter-relações entre o homem, sua cultura e seu entorno biofísico.

Já Mellows, em 1972, via na Educação Ambiental um processo em que deveria ocorrer um desenvolvimento evolutivo, complexo e sensível da compreensão do homem em relação a sua relação com o meio ambiente.

Na Conferência de Tbilisi, em 1977. A EA foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de um enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

Para o Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama , em 1996, a EA tratava-se de um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

Entre 1988 e 1989, o Programa Nossa Natureza apontou a EA como o conjunto de ações voltadas para o entendimento dos ecossistemas, levando também em consideração os efeitos da relação do homem com o meio, a determinação social e ainda a trajetória histórica dessa relação.

Em uma publicação da Unep, em 1989, Meadows apresentou várias possíveis definições para Educação Ambiental. Dentre elas ele afirmava que Educação Ambiental poderia ser:

- a aprendizagem de como gerenciar e melhorar as relações entre a sociedade humana e o ambiente, de modo integrado e sustentável;

- a preparação de pessoas para sua vida, enquanto membros da biosfera; significa aprender a empregar novas tecnologias, aumentar a produtividade, evitar desastres ambientais, minorar os danos existentes, conhecer e utilizar novas oportunidades e tomar decisões acertadas;

- o aprendizado para compreender, apreciar, saber lidar e manter os sistemas ambientais na sua totalidade.

Durante a Rio-92 a Educação Ambiental se caracterizava por incorporar a dimensão socioeconômica, política, cultural e histórica, não podendo basear-se em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e o estágio da cada país, região e comunidade, sob uma perspectiva holística, devendo permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que formam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio, na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro. Para que isso fosse possível, a Educação Ambiental deveria capacitar ao pleno exercício da cidadania, através da formação de uma base conceitual abrangente, técnica e culturalmente capaz de permitir a superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio. O direito à informação e o acesso

Às tecnologias capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável constituem, assim um dos pilares desse processo de formação de uma nova consciência em nível planetário, sem perder a ótica local, regional e nacional.

O Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992) reconhece a EA como um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida.

Em 1997, durante a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade (Unesco, Tessalônica, Grécia), definiu-se, como um meio de trazer mudanças em comportamentos e estilos de vida, para disseminar conhecimentos e desenvolver habilidades na preparação do público, para suportar mudanças rumo à sustentabilidade oriundas de outros setores da sociedade.

Para Minini (2000), a Educação Ambiental é um processo que consiste em propiciar à pessoas um compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequação utilização dos recursos naturais , para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza externa e do consumismo desenfreado.

Pode-se dizer portanto que as definições se completam e apontam, de modo geral, a Educação Ambiental como um processo por meio do qual as pessoas apreendam como

funciona o ambiente, com dependemos dele, como o afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade.

5 EDUCAÇÃO POPULAR COMUNITÁRIA

Educação popular, também conhecida como educação cidadã ou mobilização social tem como objetivo conscientizar os cidadãos em torno de uma causa social, que exige a participação do povo. Os critérios são estabelecidos, de acordo com os públicos envolvidos.

Para que haja verdadeiramente o entendimento entre a comunidade que se quer “educar” e o educador, faz-se necessário o processo de comunicação, onde o emissor, receptor, canal e mensagem sejam compreendidos.

Segundo Gadotti (1995), no seminário *Procesos Metodológicos en Educación y Economía Popular*, que aconteceu na Costa Rica em 1990, a educação comunitária foi uma das formas de expressão da educação popular onde se buscou melhorar a qualidade de vida dos excluídos, por meio dos movimentos populares como grupos de base, comunidades, municípios, entre outros.

A relação entre educação popular e educação comunitária se dá justamente para a melhoria da qualidade de vida dos excluídos. Sendo assim, a educação popular comunitária ganha espaço, não se confundindo com a educação popular de modo geral.

Gadotti (1995), ainda afirma que a educação popular é proveniente do trabalho de Paulo Freire, na década de 1960, por meio da conscientização. A prática e a reflexão acerca do tema fizeram o educador incorporar outra categoria, a da organização. Não basta conscientizar, é preciso, sobretudo organizar, a fim de que seja possível, transformar. Somente a partir da década de 1980, a educação popular “ultrapassa o nível da comunidade e do poder local, a educação de adultos e a educação não-formal passa a influir diretamente nos sistemas educacionais públicos” (id. 1995, p. 151).

A educação popular comunitária está inserida na educação popular, que tem como campo de ação a escola formal e não-formal, os movimentos sociais e populares, os meios de comunicação, as escolas públicas, assim como as comunidades de forma geral.

Segundo o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (1999), entende-se por educação formal aquela que é ofertada pela escola regular, legitimada e reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC e pelos órgãos que norteiam o ensino no Brasil – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, que visam assegurar uma integração nacional aliada aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s, sem perder de vista os conteúdos estipulados pela Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação. A educação não-formal é aquela em que é recebida pela comunidade de maneira informal, principalmente através da tradição oral, advinda através das famílias, das instituições religiosas e sociais, sem levar em conta o controle do Estado.

A escola é um espaço que visa construir e manter a cidadania plena, de modo a proporcionar aos educandos “uma visão de mundo natural e do mundo social ajudando-os a se

inserir nas relações sociais, políticas e culturais de uma sociedade moderna, onde as relações capitalistas estão se expandindo cada vez mais” (SILVA, 1995, p. 78).

A escola precisa projetar, a partir de seus educadores, uma visão política-social que tenha significado nas relações sociais, para a vida em comunidade. Deve-se proporcionar junto aos educandos, espaço para discussão, onde eles possam expor suas opiniões e trabalhar temas transversais como: ética, cultura, meio ambiente, saúde, orientação sexual e os temas regionais.

Freire e Betto (2002), defendem que educador é aquele que faz com que os alunos tenham realmente entendimento do assunto abordado, onde o debate e a participação estão presentes. Infelizmente, não é o que se encontra na maioria das escolas, principalmente aquelas situadas em comunidades mais carentes e pobres, onde, muitas vezes, nem mesmo aulas ou professores são efetivos.

Os educadores devem trabalhar a teoria por um lado e a prática por outro. É preciso educar para a vida. Saber entender que um peixe é um animal vertebrado, que vive na água, com a pele coberta ou não por escamas e que pode ser visto também nos rios. Então, entra a experiência vivencial quando o educador vai levá-lo a encontrar esse animal e despertar nos educandos a curiosidade, instigada pela pesquisa. O ensino torna-se completo.

Sabe-se que nem todos os assuntos abordados em sala de aula podem ser verificados *in loco*, mas existem meios de comunicação que os torna mais compreensíveis no processo de ensino-aprendizagem, citam-se jornais, revistas, vídeo, construção de cartazes, confecção de murais, entre outros recursos.

Freire (1979) defende que um ser deve ser capaz de agir e refletir, somente assim poderá ter compromisso com a vida. Sem a possibilidade de reflexão sobre si, situando-se no mundo, indiscutivelmente a sua ação sobre o mundo é reducionista, o que o torna incapaz de ter compromisso.

Para que o homem seja capaz de comprometer-se, Freire (1979, p. 17) ainda esclarece:

Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de 'distanciar-se' dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se.

O homem deve refletir acerca da realidade, entender seus desafios e buscar soluções cabíveis, afinal se o entende, contribui efetivamente para mudança. Transformação requer revisão de valores sociais que implicam na vida em comunidade e resultam em respeito ao próximo, honradez nos compromissos, trabalho em equipe, presteza, solidariedade e vida fraterna em comunidade.

6 COMUNICAÇÃO AMBIENTAL

A Ciência da Comunicação tem se voltado para a Educação Ambiental na busca de um espaço de relações pessoais no qual possa trabalhar com os aspectos críticos e comportamentais do público, onde prevaleça uma consciência crítica quanto à relação que o homem mantém com o meio ambiente.

A busca por essa transformação passa por vários setores e começa nas salas de aula, onde o professor (a) tem que lidar com a enorme quantidade de informação e conhecimento que o mundo moderno exige e redimensionar sua didática para acompanhar os processos de evolução dos meios e ensinar a pensar e a conhecer mais do que transmitir conteúdos determinados por uma grade curricular, pois devem considerar por exemplo que o tempo que a aluno passa em sala de aula é menor do que o que ficam diante da TV e/ou do computador.

O profissional de comunicação é outro componente que, dentro deste quadro de Comunicação Ambiental, tem uma grande responsabilidade quanto à disseminação da consciência ecológica na opinião pública. Uma vez que o ambiente midiático tem a forte característica de ser a maior fonte de informação da qual a maioria das pessoas se alimentam. Divulgar tragédias e acidentes ambientais em todo o mundo, e um exemplo de como o

trabalho do profissional de comunicação pode despertar a consciência ambiental nos indivíduos.

As questões ligadas ao meio ambiente e a forma como estas questões são tratadas pela mídia, está relacionada a própria postura assumida pela sociedade nas últimas décadas, pois o discurso “ecológico” ou “ambiental” faz parte da própria constituição cultural brasileira, um país que possui rica diversidade de fauna e flora e que por isso a vida social está diretamente relacionada ao meio ambiente.

O papel da mídia nesse momento é fundamental, pois ela vai possibilitar que, através da informação de qualidade, em quantidade suficiente, vá permitir que a sociedade faça escolhas corretas entre um modelo insustentável e sabidamente predatório e um modelo sustentável. Sem informação, a sociedade não tem como decidir, pois a informação vem sendo negada à sociedade através de diversas formas: ela não tem acesso ao plano de mídia, a informação é sedimentada apenas no bicho e na planta, excluindo o ser humano. (BERNA apud OLIVEIRA. Disponível em <<http://adital.com.br>> Acesso em 23 de fevereiro 07.

É notória a pressão e enfoque da mídia às questões ecológicas, entretanto, como no Brasil muitos meios de comunicação ainda hoje servem a poderes econômicos, para quem o discurso da defesa do meio ambiente significa menos lucro. Tanto que é comum ver manchetes de primeira página tratando de problemas ambientais e poucas linhas internas discutindo soluções. Há aqui um interesse maior em chamar a atenção no sentido de buscar audiência do que de se discutir as modificações necessárias.

A sociedade está se alertando e fazendo parte do processo de Comunicação Ambiental. Existe um interesse em se produzir informações ambientais que pode ser visto em empresas, escolas, universidades, ONGs e no próprio governo.

Além de todo o esforço coletivo da sociedade existe ainda a mídia especializada, a mídia ambiental que, no Brasil, conta com poucos veículos especializados em meio ambiente que não possui uma infra-estrutura que permita realizar grandes matérias ou atingir a notoriedade necessária para se divulgar os problemas ambientais, suas causas e possíveis soluções.

A Comunicação Ambiental pode ser usada como um instrumento de defesa do meio ambiente, esse é o seu real papel, mas também é usado como ferramente de marketing por empresas e corporações que efetivam ações relacionadas à esse tipo de comunicação apenas com o interesse de trabalhar favoravelmente sua imagem. Para tanto contratam profissionais, promovem eventos e atividades. Em alguns casos, muitas das empresas que adotam a Comunicação Ambiental como prática são as mesmas que agride a natureza, em suas práticas diárias de produção.

7 CASOS PRÁTICOS DA INTER-RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO

7.1- Ponto de Partida

A inter-relação entre comunicação ambiental e educação, ocorre quando o profissional possui conhecimento nas duas áreas e pode atuar em organizações não governamentais (ONGs), escolas, movimentos sociais, universidades, empresas públicas e privadas, entre outros espaços sociais, levando em consideração as ferramentas de comunicação, citadas no primeiro capítulo, integrando as áreas supracitadas nos trabalhos de intervenção social nas organizações e comunidades.

Segundo Ismar Soares, professor doutor da USP – Universidade de São Paulo, inter-relação entre a Comunicação Social e a Educação ganhou densidade própria e se afigura, como um campo de intervenção social específico oferecendo um espaço ao emergente profissional denominado "Educomunicador".

Esta é a conclusão a que acabamos de chegar ao concluir uma pesquisa sobre a inter-relação Comunicação/Educação, num trabalho e que mobilizou o NCE - Núcleo *de*

Comunicação e Educação do CCA/ECA/USP, e que contou com a parceria de pesquisadores da UNIFACS, Bahia (SOARES, 2006).

A pesquisa, realizada entre 1997 e 1998, tomou como base inicial, para a coleta de dados, o *Diretório Latino-americano de Pesquisadores e Especialistas em Comunicação e Educação*, formado ao longo dos anos 80 e 90 com a inclusão de um total de 1.200 nomes de produtores culturais, arte-educadores, tecnólogos, professores, pesquisadores e profissionais de comunicação e de educação de toda a América Latina. Todos identificados com o tema por sua produção acadêmica, por seu trabalho como coordenadores de programas e projetos na área da comunicação educativa por sua participação ativa em congressos voltados ao mesmo assunto.

A pesquisa supracitada foi realizada entre 1997 e 1998, com um total de 1.200 profissionais, cita-se: produtores culturais, arte-educadores, tecnólogos, professores, pesquisadores e profissionais de comunicação e de educação de toda a América Latina e Espanha. Na amostragem identificada, todos pesquisados participam de programas e projetos em congressos relacionados ao tema. Soares defende que:

“A amostragem da pesquisa foi, finalmente, formada pelos 178 especialistas que efetivamente responderam o questionário exploratório que lhes foi enviado, indagando, basicamente, sobre a natureza da inter-relação em estudo, sobre as várias áreas de atividades dela resultantes e sobre o perfil dos trabalhadores a ela dedicados. Deste total, 67,61% são brasileiros e 32,29%, latino-americanos e espanhóis. Especificamente, 7,95% são da Argentina; 7,39%, da Espanha; 3,41%, do México, além de um número percentualmente menor - ao redor de 1,70% em cada caso - de latino-americanos residentes em países como Venezuela, Uruguai, Cuba, Chile, Bolívia, Peru, Paraguai, Israel, França e Itália”.

Nessa perspectiva, identificaram-se espaços *transdisciplinares* que comprovam, tanto de forma teórica quanto prática, os campos da Educação e da Comunicação. A

investigação concluiu que um novo *campo do saber* mostra a importância de ser e estar, fundamental para identificar o campo da inter-relação Comunicação/Educação.

Tendo em vista práticas realizadas em organizações e comunidades, discorrem-se exemplos de casos práticos, referentes a trabalhos onde houve atuação de profissionais com conhecimento nas áreas de comunicação e educação.

7.2- Caso Prático 1:

Na comunidade Prainha, situada no bairro Santa Maria, periferia de Aracaju, de fevereiro a maio de 2004 houve a realização de um projeto denominado No Ambiente tem Arte, com a participação de 30 crianças de 8 a 12 anos. O objetivo geral deste trabalho foi: estimular a conscientização das crianças da comunidade Prainha, sobre as questões ambientais da água e do lixo, desenvolvendo a participação cidadã, por meio da arte.

Dessa forma, as seguintes atividades foram realizadas: capacitação das crianças para a educação ambiental, por meio das artes - artesanato em material reciclável, desenhos em papel, pinturas artísticas, entre outros; desenvolvimento de oficinas com as crianças e os pais, sobre água e lixo, de modo que fosse compreendida sua importância para o convívio social e a vida do planeta; esclarecimentos sobre ética e cidadania, realizando palestra com participação dos pais e crianças; passeios em áreas ambientais, enfocando sua importância, mostrando as agressões cometidas pelo homem; incentivo aos pais das crianças para participarem junto aos filhos, a fim de que valorizem a vida familiar e se sintam importantes. Houve ainda, pesquisa de avaliação do trabalho com as crianças. Nessa perspectiva, foram desenvolvidas as ações propostas com as crianças e os pais, através de palestras, oficinas, passeio ambiental e encontros, utilizando as ferramentas de comunicação para o

fortalecimento da cidadania e a conscientizando sobre os recursos do meio ambiente, potencializando o trabalho de educação ambiental.

Nesse trabalho, utilizaram-se as seguintes ferramentas de comunicação: pesquisa quantitativa e qualitativa – diagnóstico prévio, reuniões, encontros, palestras, cartazes, folhetos, camisas e faixas.

O diagnóstico foi feito para conhecer a comunidade, discorreu-se o perfil, relatando aspectos como educação, infra-estrutura, saúde, esporte, segurança, trabalho e geração de renda, espiritualidade, bem como relações com a família.

Nas reuniões, explicou-se porque seria realizado o trabalho, ouviu-se a opinião da comunidade, onde em atendimento aos anseios da população pesquisada, teriam aprendizagens acerca de educação ambiental, referente às questões da água e do lixo, desenvolvendo atividades artísticas e culturais. Para tal, utilizaram-se as ferramentas de comunicação anteriormente citadas.

Durante e depois a realização do citado trabalho, observou-se que as crianças e membros de sua família que participaram do processo, tornaram-se agentes multiplicadores de preservação, cuidado e respeito à vida e ao meio ambiente.

7.3 - Caso Prático 2:

A educação ambiental deve ser crítica, transformadora, emancipatória, popular e participativa, direcionado para a compreensão e busca das causas estruturais dos problemas ambientais por meio de ação coletiva e organizada, utilizando ferramentas de comunicação. O

caso prático a ser percorrido, trata do trabalho realizado no Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, enquanto projeto de conclusão do curso de pós-graduação em educação ambiental, pela pedagoga Rosemary Drubi, em junho de 2006.

Em 1999, em análise aos discentes das turmas das áreas de Hotelaria, Turismo e Imagem Pessoal, através da construção de um perfil e diagnóstico traçado, percebeu-se que os problemas ambientais estão intimamente ligados às questões socioeconômicas e culturais, impossibilitando uma melhor qualidade de vida e valores sociais, visto que, de modo geral, o destino do lixo é realizado de forma inadequada, gerando conseqüências que desencadeia em desastres ambientais. O mesmo acontece com o uso indevido da água. É indispensável, portanto, uma educação cidadã vinculada à preservação ambiental. Assim, surgiu a Cartilha “Educação, Meio Ambiente e Cidadania”, enquanto ferramenta de comunicação para disseminar informações sobre seu tema. A linguagem foi aplicada de forma clara e objetiva, a fim abranger um público diversificado, como estudantes de ensino fundamental, discentes da empresa em que foi realizado o trabalho, bem como interessados e amantes do meio ambiente.

Houve disseminação da referida cartilha em comunidades carentes e escolas públicas, através de eventos como oficinas, encontros e palestras de educação ambiental, referente aos temas tratados na cartilha: água e lixo.

Nesse contexto, houve participação ativa dos envolvidos, uma vez que foram aplicadas técnicas ecopedagógicas, de forma lúdica, construtivista e interdisciplinar. Além de palestras e apresentação da cartilha pela autora, com a participação de outros profissionais de educação e comunicação e a distribuição de brindes aos alunos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi constatado que as fronteiras disciplinares e as barreiras departamentais estão sendo rompidas com o objetivo de promover a convergência entre as disciplinas Comunicação e Educação. Esse novo cenário acadêmico tem se configurado pela necessidade de buscar novos procedimentos e novos modelos de explicação do atual contexto social.

A mídia vem se desenvolvendo e expandido cada vez mais e está transformando o mundo na era da informação e da comunicação e com isso as relações interpessoais se vêm cada vez mais intermediadas por relações simbólicas midiáticas.

A preponderância da mídia em relação às formas em que as pessoas estão se relacionando com o mundo e entre elas estão levando os estudiosos da comunicação a analisarem de forma mais aprofundada os efeitos da presença midiática na cultura humana. , mas como foi apontado neste trabalho, desde que se começou a pensar em educação ambiental, de nada adiantar se detectar os problemas se não forem buscadas, de forma prática e relevante, as soluções.

O desenvolvimento tecnológico potencializa o efeito do universo midiático e preocupa quanto ao conteúdo do que é produzido e divulgado porque se de um lado esse poder pode promover grandes melhorias, por outro tende a ser devastados um vez que estamos lidando aqui com questões de audiência e lucro.

Os profissionais de comunicação, estudiosos, ambientalistas e toda a sociedade de consumo só conseguirão positivar todo esse quadro se realmente efetivarem, juntos e incessantemente mudanças que fazem parte do cotidiano e da própria maneira de pensar.

A comunicação e a educação são de fato os meios mais viáveis, para a efetivação no exercício da cidadania. As pessoas devem participar ativamente desses espaços, como forma de participar de trabalhos em grupo, desenvolvendo a criatividade. Só dessa forma e com o empenho de todos é possível atingir o bem coletivo que é o próprio ambiente.

Logomarca e registro de fotos do Caso Prático 1

Logomarca do projeto No Ambiente tem Arte



Fotos que registram o projeto No Ambiente tem Arte



Alunos expressam através da arte significados de Meio Ambiente



Desenhos artísticos após a oficina sobre gestão de resíduos



Aluna expressa no cartaz seu sentimento sobre o projeto, desenhando a logomarca



A comunidade Prainha antes da realização do projeto



BIBLIOGRAFIA:

- Atlas do meio Ambiente. Ed. Terra viva. EMBRAPA.
- SENAC. DN. *Se cada um fizer a sua parte... ecologia e cidadania*/Elias Fajardo. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1998.
- Revista Diga Lá. Ano 4, set e out/1999.
- Revista Diga Lá. Ano 5, jan e fev/2000.



S e r g i p e

Autoria:

Rosemary Drubi

Coordenação:

Dayse Goes Prado
Genivalda Rodrigues dos Santos

Digitação

Marineide Alves de Santana
Mônica Brabec Araújo

Editoração:

Evaldino Andrade Calazans

"Não cace. Deixe os bichos viverem.

Faça cercado e deixe o pasto descansar para se refazer.

Não toque fogo no roçado nem na caatinga.

Não derrube o mato, nem mesmo um só pé de pau.

Aprenda a tirar proveito das plantas da caatinga.

Elas podem ajudar você a conviver com a seca.

Faça cisterna para guardar água da chuva.

Elas podem ajudar você a conviver com a seca.

Plante a cada dia, até que o sertão todo seja uma mata só."

Pe. Cícero Romão Batista.

- ✓ **PRESERVAÇÃO** - Cuidar da sobrevivência das espécies de organismos vivos, animais ou vegetais.
- ✓ **PRODUTOS EXTRATIVOS** - Produtos extraídos das florestas, como madeira, látex, minerais, etc.
- ✓ **RADIAÇÃO** - Qualquer processo físico de emissão e propagação de energia, seja por intermédio de fenômenos ondulatórios, seja por meio de partículas dotadas de energia cinética.
- ✓ **RADIAÇÃO NUCLEAR** - Energia resultante da desintegração atômica.
- ✓ **RADIOATIVIDADE** - Propriedade que possuem certos elementos, tais como o urânio, o tório e o rádio, de emitir espontaneamente radiações corpúsculares.
- ✓ **RECICLAGEM** - Reutilização de certos materiais, a fim de reduzir o lixo descartado.
- ✓ **SALINIZAÇÃO** - A má aplicação de tecnologias de irrigação aumenta o teor de substâncias salinas no solo.
- ✓ **SOBREPESCA** - Captura de exemplares de uma espécie em quantidade maior do que a sua capacidade de reprodução.

JUSTIFICATIVA

- ✓ **MANGUEZAL** - Sistema ecológico costeiro tropical, dominado por espécies vegetais típicas. Constitui um dos ecossistemas mais produtivos do planeta. Aracaju possui muitos mangues, devemos preservá-los, não deixando jogar lixo, cortar as árvores, pegar caranguejo e aratus na época da reprodução.
- ✓ **MEIO AMBIENTE** - Tudo aquilo que cerca ou envolve os seres vivos e as coisas, incluindo o meio sociocultural e sua relação com os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem.
- ✓ **ONGS** - Organização Não-Governamental - Grupos de pressão social, de caráter diverso (ambientalistas, étnicos, profissionais, etc) que não tenham relação com o Estado.
- ✓ **OZÔNIO** - Gás azulado muito oxidante e reativo. Estima-se que 90% (noventa pôr cento) do ozônio disponível esteja concentrado na camada de ozônio.
- ✓ **PLÂNCTON** - Conjunto dos seres vivos que flutuam passivamente nas massas de água dos lagos e oceanos. Principal reserva de alimentos dos ecossistemas.
- ✓ **PREDACÃO** - Relação alimentar entre organismos de espécies diferentes, benéfica para um deles(o predador), às custas da morte e consumo do outro(presa).

Como é do conhecimento de grande parte da população, o meio ambiente requer cuidados que garantam a manutenção de suas potencialidades para satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras.

A escola, como propulsora do conhecimento científico elaborado pela humanidade ao longo dos tempos, contribuiu para que as pessoas compreendam melhor o mundo no qual vivem e se tornem capazes de transformá-lo.

A educação ambiental torna-se, por isso, um forte aliado na luta pelo desenvolvimento de uma nova consciência social, política e ecológica, como forma de preparar um futuro mais real e viável para os que continuarão a caminhada na terra.

O SENAC, como instituição preparadora de mão-de-obra para o mercado de trabalho, vem engajar-se nesse movimento mundial em torno de programas de conscientização e sensibilização que visem a criação de novos valores e atitudes frente à vida, buscando a mudança de paradigma nas relações homem, sociedade e natureza.

APRESENTAÇÃO

O artigo 225 da Constituição Federal declara que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo da competência do Poder Público e da coletividade a sua defesa e sua preservação para as presentes e futuras gerações.

A natureza não é somente um "meio" para satisfazer as necessidades humanas. Ela é o "ambiente" do homem, aquilo que o rodeia e lhe permite viver. Esse ambiente tem suas regras próprias, suas exigências, que demandam uma mudança de atitudes por parte dos cidadãos e do Poder Público. É obrigação de todos reavaliar hábitos e costumes de desrespeito ecológico, criando novos valores e atitudes frente à vida, ao meio ambiente e ao nosso próprio semelhante.

É embasado nessa prerrogativa que o SENAC-SE espera contribuir para despertar a reflexão de cada um sobre costumes e hábitos do dia-a-dia, provocando uma mudança de comportamento em sua clientela interna e externa, em todos os ambientes que atue.

- ✓ **DESERTIFICAÇÃO** - Transformação de terras cultiváveis em desertos. Muitas vezes resultante de atividade humanas.
- ✓ **ECOLOGIA** - Ciência que estuda as relações entre os seres vivos e o meio ambiente em que vivem.
- ✓ **ECOSSISTEMA** - Conjunto integrado de fatores físicos e bióticos (referentes a seres vivos) que caracterizam um determinado espaço de dimensões variáveis.
- ✓ **EFEITO ESTUFA** - Fenômeno que ocorre quando gases, como o dióxido de carbono, aprisionam o calor na atmosfera da terra, impedindo sua passagem de volta para a estratosfera.
- ✓ **FLORA** - Conjunto das espécies vegetais de uma determinada região.
- ✓ **LENÇOL FREÁTICO** - Depósito natural e subterrâneo de água a pouca profundidade. Lençol subterrâneo.
- ✓ **LIXO TÓXICO** - resíduos industriais de origem radioativa ou química, que oferecem riscos ao meio ambiente.

- ✓ **ATERRO SANITÁRIO** - Método de engenharia para disposição de resíduos sólidos no solo, de modo a proteger o meio ambiente. Os resíduos são espalhados em camadas finas, compactadas até o volume praticável e cobertos com terra ao final de cada jornada.
- ✓ **BIODEGRADÁVEL** - Substância que se decompõe pela ação de seres vivos.
- ✓ **BIODIVERSIDADE** - Variedade e variabilidade entre organismos vivos, números das espécies, indivíduos, diversidade genética, bem como os ecossistemas (preservação da espécie). O Brasil é considerado o país mais rico do mundo em Biodiversidade.
- ✓ **CAMADA DE OZÔNIO** - Situada na estratosfera, funciona como um filtro que atenua o efeito dos raios ultravioletas sobre a terra. A redução do ozônio tem sido apontada como responsável pelo aumento nos casos de cegueira e câncer de pele.
- ✓ **CHUVA ÁCIDA** - Precipitação de agentes químicos nocivos, misturados à chuva, geadas neve ou neblinas. Causada pela poluição.
- ✓ **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** - Tipo de desenvolvimento que satisfaz as necessidades econômicas, sem comprometer a capacidade de sobrevivência das futuras gerações.

Caro amigo:

O SENAC-SE espera, com essas recomendações, despertar a consciência do cidadão sobre hábitos do dia-a-dia, lutando por uma mudança no modo de pensar e conviver com a natureza.

Apresentamos aqui apenas alguns elementos dos mais importantes para a nossa vida.

→ **Os rios**

Por que acontecem as enchentes.

Antigamente, havia mais florestas e matas. As margens dos rios e a terra ficavam cobertas de folhas, galhos, material orgânico. Quando chovia, a água penetrava na terra, molhando bem. Somente a sobra minava e descia para o rio. A terra armazenava as águas como uma esponja. O homem acabou com grande parte das florestas, fez queimadas, matando o material orgânico, folhas e galhos. O sol e o vento endureceram a terra. A chuva não penetra na terra. Os rios recebem muito mais água, aumentando a correnteza e transbordando dos seus leitos. As águas invadem as cidades, ruas, casas, plantações, provocando morte, sofrimento, prejuízo...

→ A água

A água é um dos recursos naturais mais ameaçados pelo homem.

O desperdício de água, a derrubada das matas que protegem as nascentes e margens dos rios, e o despejo de lixo são alguns dos muitos problemas que estão provocando a escassez, a poluição e a contaminação das águas em vários pontos do planeta.

As águas de uma região podem secar se não tivermos a necessária preocupação em protegê-las e evitar seus usos indevidos.

Portanto, devemos evitar o desperdício de água, tomando, dentre outras, as seguintes precauções:

- Fechando a torneira quando não a estamos usando, como, por exemplo, ao passar a esponja nos pratos e ao escovar os dentes.
- Ficando atento aos vazamentos de canos e torneiras.
- Varrendo a calçada com a vassoura, e não com a mangueira.

Resumo dos principais termos usados quando se trata da presença do Meio Ambiente.

- ✓ **AGROTÓXICOS** - Substância química, geralmente artificial, destinadas a combater pragas nas lavouras. Estas substâncias prejudicam o homem e o meio ambiente. Conhecidos como defensivos agrícolas.
- ✓ **AQUECIMENTO GLOBAL** - Fenômeno causado por uma mudança no efeito - estufa (capacidade do planeta reter calor). A temperatura da Terra pode estar aumentando devido as emissões de gases como o CO₂ (dióxido de carbono), gerado pelo consumo de petróleo e carvão.
Conseqüências:
 - mudança do clima, derretimento das calotas polares e grandes inundações.
- ✓ **ARQUIPÉLAGO** - Agrupamento de ilhas, que se encontram concentradas em certas áreas dos oceanos.
- ✓ **ASSOREAMENTO** - Obstrução de rio, canal, estuário ou qualquer corpo d'água, por acúmulo de substâncias minerais ou orgânicas. Provoca a redução de sua profundidade e a força de sua correnteza.

Você Sabia....

- que 0,3% da água da terra está nos rios e lagos
- que apenas 10% do esgoto urbano tem tratamento
- que na Terra, 97% de toda água é salgada e apenas 3% da água é potável.
- que 01 gota d' água pode ser fundamental para a permanência de nossa espécie na Terra
- que alguns materiais levam algum tempo para se decompor, tais como:
 - o papel leva de 3 a 6 meses.
 - o nylon dura mais de 30 anos.
 - o plástico e o metal duram mais de 100 anos.
 - o filtro do cigarro e o chicletes duram 5 anos.
 - a borracha tem um tempo indeterminado para decomposição
 - o vidro leva 1 milhão de anos.
 - o tecido demora de 6 meses a 1 ano.
 - a madeira pintada dura mais de 13 anos.

Preserve a natureza!

→ O lixo



O lixo gerado por nós é apenas uma pequena parte da "montanha" gerada todos os dias. Se não juntarmos o lixo corretamente, poderão ocorrer vários problemas como: sujeira acumulada nas ruas e terrenos e a proliferação de bichos que transmitem doenças para nós.

Um dos maiores problemas das cidades é não encontrar lugar para colocar o lixo produzido. O lixo colocado fora do lugar torna-se um perigo para a saúde de todos pois, além da procriação de ratos, baratas, escorpiões e mosquitos, os quais trazem doenças para o homem, com as chuvas os esgotos ficam entupidos, causando as enchentes que tantos problemas trazem para todos.

Portanto, se reduzimos a geração de lixo estaremos contribuindo para melhorar a qualidade de vida. Além disso, o lixo gerado por nós deve ser devidamente coletado para que possamos evitar problemas para a nossa saúde.

Como recolher o lixo:

- sempre junte o lixo em sacolas ou caixas.
- coloque o lixo para fora de acordo com o horário do caminhão da prefeitura.

- reduza a geração do lixo consumindo menos e melhor, isto é, racionalizando o uso de materiais no nosso cotidiano.
- Procure reutilizar alguns produtos antes de descartar, usando-os para a mesma função original ou criando novas formas de utilização.
- Não jogue o lixo nos rios e vias públicas.

→ A energia



A maior parte das pessoas não usa adequadamente a energia, mas este quadro pode ser revertido na medida em que se invista no seu uso eficiente, através das revisões de algumas práticas diárias:

- apagar as luzes ao sair dos ambientes
- observar as condições das instalações elétricas
- fazer manutenção periódica de eletrodomésticos
- abrir a geladeira apenas quando necessário e não deixá-la aberta.
- Usar lâmpadas fluorescentes, pois as mesmas consomem menos energia.
- estar sempre com as lâmpadas limpas, pois lâmpada suja de poeira consome mais energia.

→ O ar

Muitos problemas são causados pela poluição atmosférica. A chuva ácida destrói esculturas, construções e obras de arte, altera o metabolismo das plantas e o seu processo reprodutivo.

O efeito estufa impede que a radiação do sol seja refletida, provoca a elevação da temperatura, causando câncer de pele.

Os poluentes atmosféricos destroem a camada de ozônio.

Devemos ter cuidado com os produtos que usamos. Os sprays, por exemplo, parecem inofensivos, mas causam danos ao ambiente, pois afeta a camada de ozônio da atmosfera.

[NCE <index.html>](#) - [pesquisas <perfil.html>](#) - [texto da pesquisa](#)

Comunicação / Educação emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais

Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares

Chefe do Departamento de Comunicações de Artes da ECA/USP
Coordenador do NCE - Núcleo de Comunicação e Educação do CCA/ECA/USP

Vice-Presidente do WCME - World Council for Media Education

Professor Visitante da Marquette University, Milwaukee, WI, USA

A inter-relação entre a Comunicação Social e a Educação ganhou densidade própria e se afigura, hoje, como um campo de intervenção social específico, oferecendo um espaço trabalho diferenciado que vem sendo ocupado, em toda a América Latina, pela figura emergente de um profissional a que estamos denominando de "Educomunicador".

Esta é a conclusão a que acabamos de chegar ao concluir uma pesquisa sobre a inter-relação Comunicação/Educação, num trabalho e que mobilizou o **NCE- Núcleo de Comunicação e Educação** do CCA/ECA/USP, e que contou com a parceria de pesquisadores da **UNIFACS**, Bahia.

A pesquisa, realizada entre 1997 e 1998, tomou como base inicial, para a coleta de dados, o *Directório Latino-americano de Pesquisadores e Especialistas em Comunicação e Educação*, formado ao longo dos anos 80 e 90 com a inclusão de um total de 1.200 nomes de produtores culturais, arte-educadores, tecnólogos, professores, pesquisadores e profissionais de comunicação e de educação de toda a América Latina. Todos identificados com o tema por sua produção acadêmica, por seu trabalho como coordenadores de programas e projetos na área da comunicação educativa por sua participação ativa em congressos voltados ao mesmo assunto.

A amostragem da pesquisa foi, finalmente, formada pelos **178 especialistas** que efetivamente responderam o questionário exploratório que lhes foi enviado, indagando, basicamente, sobre a natureza da inter-relação em estudo, sobre as várias áreas de atividades dela resultantes e sobre o perfil dos trabalhadores a ela dedicados. Deste total, **67,61%** são brasileiros e **32,29%**, latino-americanos e espanhóis. Especificamente, 7,95% são da Argentina; 7,39%, da Espanha; 3,41%, do México, além de um número percentualmente menor - ao redor de 1,70% em cada caso - de latino-americanos residentes em países como Venezuela, Uruguai, Cuba, Chile, Bolívia, Peru, Paraguai, Israel, França e Itália.

O que o projeto pretendeu - através da análise dos dados primários extraídos dos questionários, das entrevistas, assim como do conjunto de informações obtidas nos *workshops*, seminários e congressos promovidos pelo NCE, ao longo de toda a investigação - foi identificar como se estabelecem, no mundo contemporâneo, os espaços transdisciplinares que aproximam, tanto de forma teórica quanto programática os tradicionais campos da Educação e da Comunicação.

A pesquisa partiu da evidência de que transformações profundas vêm ocorrendo no campo da constituição das ciências, em especial as humanas, levando a uma derrubada de fronteiras, de limites, de autonomias e de especificações. Ao seu final, a investigação concluiu que efetivamente um novo *campo do saber* mostra indícios de sua existência, e que já pensa a si mesmo, produzindo uma *meta-linguagem*, elemento essencial para sua

identificação como objeto autônomo de conhecimento: o **campo da inter-relação Comunicação/Educação**.

As Hipóteses

A **hipótese central** com qual a pesquisa trabalhou, desde seu início, foi a de que efetivamente já se formou, conquistou autonomia e encontra-se em franco processo de consolidação um novo campo de intervenção social a que denominamos de "Inter-relação Comunicação/ Educação". Tal inter-relação, ou simplesmente *Educomunicação*, não foi tomada apenas e tão somente como uma *nova disciplina*, a ser acrescentada nos currículos escolares. Ao contrário, ela foi entendida como inauguradora de um *novo paradigma discursivo transversal*, constituído por conceitos transdisciplinares com novas categorias analíticas.

Esta foi justamente a **segunda hipótese** levantada: o novo campo, por sua natureza relacional, estrutura-se de um modo *processual, mediático, transdisciplinar e interdiscursivo*, sendo vivenciado na prática dos atores sociais através de áreas concretas de intervenção social.

A *interdiscursividade*, vale dizer, o diálogo com outros discursos, é a garantia da sobrevivência do novo campo, ao mesmo tempo que vai permitindo a construção de sua especificidade. Este *interdiscurso* é *multivocal* e o seu elemento estruturante é a *polifonia*. A *alteridade* é a dimensão constitutiva deste palco de vozes que polemizam entre si, dialogam e se complementam.

A **terceira hipótese** dizia respeito à possível subdivisão do campo em subáreas específicas de atuação psófica, fato que aproximaria atividades como a **educação para a comunicação**, constituída pelos programas de formação de receptores autônomos e críticos frente aos meios, das **tecnológicas educacionais**, ou mesmo da recém-denominada área da **gestão de processos comunicacionais**, voltada para o planejamento, execução e realização dos processos e procedimentos que articulam-se no âmbito da Comunicação/Cultura/Educação. Na verdade, cada uma destas esferas tem sido tradicionalmente assumida como atividade intelectual vinculada ao domínio quer da Educação quer da Comunicação. O que a pesquisa procurou saber foi a respeito da existência (ou não) de possível nexos entre elas e sobre como cada uma ou mesmo o seu conjunto estariam sendo pensados e promovidos a partir da perspectiva da **Educomunicação**.

Pontos de vista Convergentes

Antes de voltar sua preocupação para a análise dos dados colhidos junto à amostragem, os pesquisadores tiveram ocasião, mediante consulta à bibliografia internacional, de tomar ciência de que a tradição constitutiva do campo leva em conta, inicialmente, a contribuição de Burrhus Skinner (1904-1990), responsável por certa visão mecanicista a partir da qual as tecnologias da informação foram, desde os anos 50 ou mesmo antes, concebidas e utilizadas no ensino. Aferiu, também, que Célestin Freinet (1896-1966) e Paulo Freire (1921-1997) são reconhecidos como fundadores de perspectivas criativas da inter-relação Comunicação /Educação. O primeiro, defendendo o uso da comunicação, especialmente do jornal, como forma de expressão de crianças e adolescentes e o segundo, apontando para o caráter essencialmente dialógico dos processos comunicacionais. Ultimamente, têm sido muito lembrados as contribuições de Jesús Martín Barbero, responsável por uma sólida reflexão sobre a relação Comunicação/Cultura e sobre as teorias das mediações e Mário Kaplún (1924-1998), pioneiro, na América Latina, no campo dos estudos que relacionam a comunicação com os processos educativos.

A pesquisa constatou que estes autores exerceram e vêm exercendo considerável influência sobre os especialistas entrevistados pela pesquisa do NCE, a partir de cujas opiniões foi possível traçar os elementos constitutivos do imaginário coletivo destes atores sociais a respeito da inter-relação Comunicação/Educação, aqui sintetizadas:

1- Há no discurso dos entrevistados uma grande preocupação com as mudanças pelas quais passa a sociedade contemporânea, seja em termos de algo que se perde como de algo que se conquista. Parece evidente que modificações se processam no campo da Educação e da Comunicação, a primeira tornando-se obsoleta em seus métodos e enfoques e despreparada na qualificação de seus agentes; a segunda, mostrando-se, por vezes, pernicioso, principalmente por estar sujeita a regras do mercado, que não dizem respeito aos valores da educação e da ética sustentados pelos educadores. Assim, **as mudanças aproximam essas duas áreas pelas necessidades convergentes que suscitam**. Há, portanto, na questão da Educação e Comunicação, um discurso *futurista* que fala de "transformações" e "mudanças".

2- Revela-se a existência de um **esforço conjunto de algumas instâncias**, instituições e entidades sociais em torno do discurso sobre a inter-relação Comunicação/Educação. Em primeiro lugar, o Estado, representado na maior parte das vezes pelos Ministérios da Educação, solicita ou protagoniza intervenção na área. Em segundo lugar, inúmeras agências internacionais de fomento e de financiamento de pesquisas e projetos — como o BIRD, a UNESCO, o BANCO MUNDIAL — apostam no campo. Em terceiro lugar, temos o meio universitário acompanhando essa discussão e promovendo, por um lado, pesquisas, cursos e especializações e, por outro, capacitando professores. Temos, finalmente, a Sociedade Civil que pleiteia, essencialmente, a inclusão daqueles que se mantêm alheios a todo esse processo: os próprios alunos e os membros dos grupos pertencentes aos movimentos populares. Há, portanto, um esforço conjunto postulando uma maior aproximação entre a Educação e a Comunicação.

3- Nos diversos relatos, **percebe-se diferentes graus de preocupação e abrangência** com relação ao tema em pauta:

- Algumas entrevistas mostram um interesse mais geral com relação ao tema. Nesse caso, os autores englobam as diversas mídias e pensam a Educação de forma aberta. São esses entrevistados, também, que discorrem sobre a complexidade do campo, apontando para suas múltiplas sub-divisões. Estes são geralmente universitários ou coordenadores de projetos.

- De outro lado, há aqueles entrevistados que estão mais vinculados a uma proposta empírica de atuação, geralmente datada e circunscrita a um espaço determinado. Tais entrevistados são vinculados mais à Educação formal, às necessidades regionais desses projetos e a um determinado veículo, seja ele a TV, o rádio ou especialmente a informática educativa, demonstrando pouca familiaridade com uma discussão mais totalizante do processo em curso.

4- Nota-se, nas entrevistas, **pontos de vista distintos** com relação ao foco da inter-relação em estudo: para alguns a Comunicação é um *instrumento* - um recurso para que o professor atue melhor em sala de aula ou para a promoção de campanhas sociais e humanitárias. Para outros, a Comunicação é um *objeto*, um novo poder que precisa ser conhecido, para que seus mecanismos sejam dominados. Perpassando esses dois enfoques, estão as preocupações com a *semiótica*, a *linguagem* e o *estudo das tecnologias*. A sistematização do campo terá, pois, que dissecar e analisar bem as várias tendências para que não se considere como próprio do novo campo apenas uma das vertentes de seu estudo.

5- Entre os que circunscrevem o campo à área da "educação para os meios" (*Media Education*), há uma tendência ideológica muito difundida no sentido de se propor o conhecimento do campo mais como um instrumento teórico de controle da comunicação do que como sua liberalização. Constatamos que mesmo as teorias que falam em conscientização ou recepção ativa, não se preocupam com uma natural interferência do público na mídia. Embora Umberto Eco seja citado, não aparece de forma clara, nos projetos apresentados, o entendimento sobre o que o público atualmente faz com as mensagens. Nesse sentido, os projetos em desenvolvimento são de natureza mais conservadora, apresentando-se como reação a uma invasão dos meios na escola, no público e na sociedade em geral. Verifica-se, pois, falta de conhecimento sobre as pesquisas já realizadas em torno à cultura popular e sobre os mecanismos comunicativos dessa cultura, da qual, certamente, os meios de comunicação se apropriam.

6- Além da Comunicação e da Educação, que fornecem os principais aportes teóricos para o novo campo, as áreas da **Antropologia** e da **Sociologia** apresentam-se com potencial para fornecer importantes subsídios a seu aprofundamento teórico e metodológico. Essa postura fica clara quando percebemos a indicação de subáreas voltadas para a cultura, para o desenvolvimento e o estudo das questões relacionadas à hegemonia e à dependência, nas relações político-sociais potencializadas pela Comunicação Social.

7- Observa-se, também, com clareza, que, ainda que as ações decorrentes da vigência do campo sejam amplas, envolvendo segmentos sociais distintos, como o empresariado, os artistas criadores, os produtores de material didático, os tecnólogos, os profissionais da comunicação gráfica e eletrônica, a identificação da existência de novo campo ocorre, na maioria das vezes, apenas junto aos que desenvolvem projetos de pós-graduação, sejam eles comunicadores, sejam educadores ou mesmo agentes culturais que buscam aprofundamento e especialização.

8- Faltam pesquisas de natureza especulativa que busquem entender o papel das tecnologias na formação do conhecimento, as diferenças e especificidades das diversas tecnologias e a relação da mídia com a estética. As questões teóricas são ainda dirigidas pelas necessidades práticas. Isso dificulta a formação de modelos mais generalizantes. Seria importante desenvolver pesquisas que busquem esse grau de formalização, podendo, então, o novo campo deixar o particular e adentrar um universo mais amplo e complexo.

9- Nota-se diferenças de abordagem entre os especialistas de tradição latina (ibero-americanos e francófonos), mais humanista, e os anglófonos, mais voltadas para o avanço das tecnologias. Trata-se de um problema que reservamos para um estudo específico e posterior à presente pesquisa. Registre-se, contudo, que no presente trabalho se dará acolhida especialmente à tradição latina, seja a européia, seja a americana.

10- Através das entrevistas realizadas, nota-se destacadamente a presença ou o uso de linguagens artísticas como forma de transmissão de conteúdos educativos, ou formação de comportamento.

11- Em reforço ao ponto suscitado pelo item 6, podemos ressaltar a presença da cultura negra e indígena - através de manifestações folclóricas, na forma de vídeo, cinema, como recursos tecnológicos, que resgata a cidadania remetendo o sujeito singular para o espaço coletivo e plural, da cultura e da comunicação.

12- Finalmente, constatamos que a preocupação em identificar e descrever a *Inter-relação Comunicação/Educação* como campo autônomo de intervenção social e de

pesquisa acadêmica permanece inédita. As hipóteses levantadas por esta pesquisa são, contudo, tomadas como coerentes e plausíveis pela maioria absoluta dos entrevistados. Apenas um dos 25 especialistas consultados rejeitou a hipótese de se considerar a emergência de um novo campo, preferindo, antes, falar em simples interface.

As hipóteses foram confirmadas

Ao final da pesquisa, cotejados os dados colhidos junto à amostragem específica com as informações mais ricas advindas dos debates propiciados pelos *workshops*, seminários e congressos especialmente convocados para discutir o tema, chegou-se à conclusão de que as principais hipóteses levantadas no início do trabalho haviam sido confirmadas, a saber:

A - "Formou-se, conquistou autonomia e encontra-se em franco processo de consolidação um novo campo de intervenção social a que denominamos de ***Inter-relação Comunicação/ Educação***".

B - A *Inter-relação Comunicação/ Educação* está inaugurando um *novo paradigma discursivo transversal*, estruturando-se de um modo *processual, mediático, transdisciplinar e interdiscursivo*, sendo vivenciado na prática dos atores sociais através de áreas concretas de intervenção social.

C - Confirma-se, finalmente, como possíveis materializações do campo, quatro áreas concretas de intervenção social, quais sejam:

1ª. A ***área da educação para a comunicação***, constituída pelas reflexões em torno da relação entre os pólos vivos do processo de comunicação, assim como, no campo pedagógico, pelos programas de formação de receptores autônomos e críticos frente aos meios (*Educação para a Comunicação*, "*Media Education*" ou "*Media Literacy*"). Existem distintas vertentes na área da educação para a comunicação, o que compreende desde posturas defensivas, de cunho moralista, até projetos que se caracterizam por implementar procedimentos voltados para a apropriação dos meios e das linguagens da comunicação por parte das crianças e jovens. Verifica-se, por outro lado, uma crescente tendência de se buscar sustentação teórica para tais programas nos resultados dos chamados "estudos de recepção". Nesse sentido, ainda que o destino dos estudos das audiências não seja principalmente o uso pedagógico, os educadores o tomam como parte integrante de seu acervo de dados e informações.

2ª A ***área da mediação tecnológica na educação*** compreendendo os procedimentos e as reflexões em torno da presença e dos múltiplos usos das tecnologias da informação na educação. A área da mediação tecnológica na educação vem ganhando grande exposição devido à rápida expansão dos sistemas de educação, tanto o presencial e quanto o a distância. Sabemos que os recursos tecnológicos clássicos, como o rádio e a televisão, tiveram dificuldade de ser absorvidos pelo campo da educação, especialmente por seu caráter lúdico e mercantil. Tal fato foi o principal responsável pela resistência dos educadores em dialogar com as tecnologias. O computador veio abalar essa dicotomia, pois possui em si mesmo os meios de produção de que o pequeno produtor cultural - o aluno e o professor - necessitam para seu trabalho diário. Devemos lembrar que a grande maioria dos *sites* são produzidos e dirigidos por centros de pesquisas científicas.

3ª A ***área da gestão comunicativa***, designando toda ação voltada para o planejamento, execução e avaliação de planos, programas e projetos de intervenção social no espaço da inter-relação Comunicação/Cultura/Educação, criando ecossistemas comunicativos.

O conceito de *Gestão* é aqui empregado para designar toda ação voltada para o planejamento, execução e avaliação de planos, programas e projetos de intervenção social no espaço da inter-relação Comunicação/Cultura/Educação, criando *ecossistemas comunicativos*.

A gestão da comunicação nos espaços educativos produz-se tanto nos ambientes voltados para programas escolares formais, quanto naqueles dedicados ao desenvolvimento de ações não formais de educação, como nas emissoras de rádio e de televisão educativas, nas editoras e centros produtores de material didático, nas instituições que administram programas de educação a distância, nos centros culturais, entre outros. O que caracteriza a gestão é a costura que alcança produzir, através da ação prática, entre as várias vertentes que aproximam a Comunicação e a Educação. É o componente pragmático do processo explicado teoricamente pela reflexão epistemológica.

4ª *A área da reflexão epistemológica sobre a inter-relação Comunicação/Educação como fenômeno cultural emergente*, o que, no campo da academia, corresponde ao conjunto dos estudos sobre a natureza do próprio fenômeno constituído pela inter-relação em apreço. Entende-se como pertencente a esta área tanto um projeto de pesquisa voltado para o entendimento e a legitimação do novo campo quanto todos os programas de investigação sobre cada uma das vertentes que compõem a inter-relação em apreço. É, na verdade, a reflexão acadêmica, metodologicamente conduzida, que garantirá unidade às práticas da Educomunicação, permitindo que evolua. A própria pesquisa que estamos realizando situa-se nesta área, assim como boa parte das reflexões produzidas pelos pensadores de quem nos servimos para a constituição do corpo teórico do trabalho.

A confirmação da hipótese de que o campo da Educomunicação possa ser compreendido pela aproximação destas quatro áreas, a partir de um substrato comum que é a **ação comunicativa no espaço educativo**, ou seja, a comunicação inter-pessoal, grupal, organizacional e massiva promovida com o objetivo de produzir e desenvolver **ecossistemas comunicativos** através da atividade educativa e formativa, representa, na verdade, o primeiro resultado da investigação.

Entendemos, contudo, que as quatro áreas não são excludentes, nem são as únicas. Representam, apenas, um esforço de síntese, uma vez que parecem aglutinar as várias ações possíveis no espaço da inter-relação em estudo.

D - O conjunto das ações realizadas no âmbito de cada uma das áreas descritas pode ser denominada, a partir de sugestão de Mário Kaplun, de "Educomunicação". A **Educomunicação** pode ser definida como toda **ação comunicativa no espaço educativo**, realizada com o objetivo de produzir e desenvolver *ecossistemas comunicativos*.

E - O **Educomunicador** seria, pois, o profissional que, atuando numa das áreas do novo campo, demonstra capacidade para elaborar diagnósticos no campo da inter-relação Educação/Comunicação; coordenar ações e gestões de processos, traduzidos em políticas públicas; assessorar os educadores no adequado uso dos recursos da comunicação ou promover, ele próprio, quando lhe cabe a tarefa, o emprego cada vez mais intenso das tecnologias, como instrumentos de expressão dos cidadãos envolvidos no processo educativo; implementar programas de "educação pelo e para os meios" e refletir sobre o novo campo, sistematizando informações que permitam um maior esclarecimento sobre as demandas da sociedade em tudo o que diga respeito à inter-relação Comunicação/Educação

O Perfil do Educomunicador

A pesquisa levantou o perfil do profissional da Comunicação Educativa: trata-se de um profissional maduro (entre 40 e 50 anos), com formação superior (predominando os pós-graduados), dedicados preferencialmente (e às vezes simultaneamente) a seis grandes subáreas: pesquisa, educação para a comunicação, mediação tecnológica na educação, gestão da comunicação no espaço educativo, produção cultural e uso dos meios na educação para a cidadania. Estes são os dados quantitativos:

- **50%** dos 178 especialistas que responderam o questionário exploratório dedicam-se à área dos "**estudos epistemológicos**" da inter-relação Comunicação /Educação; isto é desenvolvem algum tipo de pesquisa teórica no campo. Deve-se notar que os pesquisadores também desenvolvem ações práticas nas demais subáreas em que se divide o campo, especialmente na "educação para os meios" e no "uso das tecnologias da informação no ensino".
- **47,16%** dedicam-se a projetos de "**educação para a comunicação**", quer através de algum projeto específico quer através da prática curricular normal;
- **30%** dos que responderam o questionário dedicam-se ao tema do "**uso das tecnológica na educação**", especialmente aos usos do jornal, do vídeo e do computador em sala de aula.
- **19%** dos especialistas desenvolvem atividades entendidas como "**gestão da comunicação no espaço educativo**". Esta tendência tornou-se mais clara com a entrada de 28 especialistas que trabalham em Organizações Sociais no Estado da Bahia.
- Uma pequena parcela de **4%** dedica-se a atividades voltadas para a **área da comunicação cultural** com ênfase na utilização das várias linguagens artísticas,
- e outros **3%** a atividades identificadas como **uso de comunicação em ações voltadas para a cidadania**, melhoria da qualidade de vida e diversidade humana.

As duas últimas porcentagens estão em desvantagem com relação às quatro anteriores devido, entre outros motivos, ao desconhecimento prévio do conceito de "gestão comunicativa". Esta tendência leva à compreensão de que o Terceiro Setor passa a assumir posição significativa no âmbito do novo campo de intervenção social nomeada pela pesquisa como Inter-relação Comunicação/Educação.

A pesquisa informa, também, que predominam os especialistas do **sexo feminino**, à razão de 59% de mulheres para 41% de homens. Pelas entrevistas realizadas após a análise dos questionário apurou-se que a tendência vincula-se de forma intensa às habilidades exigidas pelas funções operacionais atribuídas aos "Educomunicadores". Deve-se levar em conta, também, a maior presença da mulher no mercado de trabalho na última década.

Predominam os **especialistas com idade entre 42 e 52 anos**. O dado aponta para o fato de que campo da inter-relação Comunicação/Educação vem sendo articulado e construído por pessoas experientes em suas áreas de origem, inexistindo, até o momento, um processo de rápida introdução de novas gerações nos espaços que vêm sendo forjados. Indica, ainda, a necessidade de se criar oportunidades para os novos, legitimando-se a área através da promoção de mecanismos de capacitação que facilitem às novas gerações o acesso às atividades já consagradas no mercado.

Os dados relativos à predominância de determinada faixa etária coincidem com os relativos à formação acadêmica dos especialistas. Há uma **predominância absoluta de pós-graduados na área**: (com Pós-doutorado: 2,6%; com Doutorado: 25,1% com

Mestrado: 37,4; com Especialização: 29,7% e apenas 4,9% com Graduação). Analisando-se os dados obtidos, verifica-se a existência de uma elite-pensante no novo campo, com alto grau de especialização, acompanhada nos trabalhos de campo por um grupo de profissionais suficientemente especializados. Mesmo os especialistas vinculados a organizações da sociedade civil (o denominado *terceiro setor*) tiveram o cuidado de desenvolver carreira acadêmica paralela.

Quando os entrevistados foram perguntados sobre como definiriam o trabalho do **Educomunicador**, a maioria o viu como um "Professor" em sala de aula, quer desenvolvendo trabalhos de "análise crítica dos meios", quer desenvolvendo "projetos tecnológicos na educação". Isto é, um professor vinculado a uma das subáreas constitutivas do novo campo. Nesse sentido, há uma confluência entre o que pensam os entrevistados e o que afirma Gèneviève Jacquinot, da Universidade Paris, para quem, *L'éducomunicateur n'est pas un enseignant spécialisé chargé du cours d'éducativités aux médias, c'est un enseignant du 21ème siècle, que intègre les différents médias dans ses pratiques pédagogiques*

No âmbito da atuação profissional, a grande maioria dos *educomunicadores* latino-americanos entrevistados caracterizam-se, contudo, não como professores, mas como coordenadores e agentes culturais, facilitadores da ação de outras pessoas (professores ou alunos), preocupados em que estes possam elaborar os materiais a partir de suas necessidades e interesses, tornando-se eles próprios produtores do conhecimento. Denota-se uma preocupação com a democratização do acesso à informação, utilizando-se a atuação profissional como meio para a formação de valores solidários e democráticos, para a transformação do ambiente em que vivem.

Dentre os "valores educativos" que dão suporte às "articulações" exercidas pelo profissional do novo campo, destacam-se: a) a opção por se aprender a trabalhar em equipe, respeitando-se as diferenças; b) a valorização do erro como parte do processo de aprendizagem, c) a alimentação de projetos voltados para a transformação social. Um grande número de respostas ao questionário aponta, por fim, como expectativa de resultado, a formação para a cidadania e para ética profissional, objetivando a educação do "cidadão global".

O papel das Universidades

As conclusões a que a pesquisa chegou apontam, também, para alguns **desafios**:

1º. - Como formar e atualizar os profissionais do novo campo? Ou, em outras palavras: Que papel estaria reservado às Faculdades de Educação e de Comunicação na preparação de mão-de-obra qualificada para o exercício das funções da Educomunicação?

2º. - Como conviver com e/ou superar as possíveis resistências que projetos no campo da inter-relação Comunicação/Educação venham a encontrar junto às autoridades da educação, junto aos produtores culturais e comunicadores ou mesmo junto aos órgãos financiadores de projetos de pesquisa e de desenvolvimento sócio-cultural?

No caso da preparação dos profissionais, o caminho apontado pelos entrevistados é o da ampliação da oferta de cursos regulares, inicialmente em nível de especialização e, em seguida, em nível de graduação, envolvendo o trabalho conjunto das Faculdades de Comunicação e de Educação, contando-se sempre, para tanto, com a colaboração dos *educomunicadores* auto-didatas e já inseridos no mercado.

Com relação à superação dos obstáculos à ação dos especialistas e pesquisadores do novo campo, vale lembrar que a legitimação do campo e de suas subáreas vem

ocorrendo de forma acelerada, fato que certamente garantirá a legitimação do novo espaço, apesar de antigos preconceitos.

Não faz falta ressaltar a importância e a necessidade dos interessados - tanto os que pesquisam quanto os que promovem ações nas diversas áreas do campo - de manterem-se em permanente interação, pois é a interação que garantiu e continuará garantindo a essencialidade dos projetos em construção.

http://www.eca.usp.br/nucleos/nce/perfil_ismar.html